

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.812 - DF (2019/0384716-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : REGINA DOS SANTOS SCALA
AGRAVANTE : PERICLES NORIMITSU TEIXEIRA MASSUNAGA
AGRAVANTE : PAULO DE TARSO RIBEIRO VILARINHOS
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO LAURENTINO DE CARVALHO
AGRAVANTE : MARIA ISABEL RÃO BOFILL
AGRAVANTE : MARIA AUXILIADORA GORGA LUNA
AGRAVANTE : KLAUS MARCUS PARANAYBA
AGRAVANTE : ANA CLAUDIA CAMPOS DA SILVA
ADVOGADOS : BRUNO MARTINS VALE - DF033877
LUIZA MASCARIN MACHADO - DF030682
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : ALYSSON SOUSA MOURÃO - DF018977

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por REGINA DOS SANTOS SCALA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de REGINA DOS SANTOS SCALA e OUTROS, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 23/10/2019, sendo o agravo somente interposto em 18/11/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente